DOCUMENTANDO A SUPERDIVERSIDADE – O CONTRIBUTO DA DIALECTOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UM ATLAS LINGUÍSTICO DE MOÇAMBIQUE

Sarita Monjane Henriksen

Resumo: Num mundo cada vez mais globalizado e caracterizado por uma grande mobilidade e movimentos populacionais, observa-se, como consequências inevitáveis, a formação de sociedades marcadas por uma crescente diversidade linguístico-cultural, ou por aquilo que Vertovec (2007) chama de superdiversidade. A existência de sociedades plurais apresenta desafios de vária ordem para as sociedades, em geral, e para os sistemas escolares, em particular. Neste âmbito, urge, portanto, recorrer a uma abordagem interdisciplinar, que exige um papel mais pró-activo das disciplinas de Sociolinguística, Dialectologia, assim como da Planificação e Política Linguística. Este artigo defende a necessidade de revisitar as teorias e métodos sociolinguísticos, da dialectologia e da geolinguística, de forma a melhor compreender a paisagem linguística moçambicana em constante mudança no Século XXI, permitindo, dessa forma, identificar com maior precisão as variedades linguísticas presentes no território moçambicano, a variação resultante da coabitação e do contacto linguístico e construir um atlas linguístico actualizado de Moçambique. O principal argumento apresentado é que o recurso a inquéritos dialectológicos, o uso de métodos básicos de recolha de dados, que incluem os dados demográficos dos informantes, a idade, nível de escolarização e ocupação, assim como o período de residência numa determinada área e padrões de deslocação ou mudança de residência, bem como o recurso a uma abordagem de observação mais naturalística, com um enfoque mais descritivo sobre as comunidades de prática e redes sociais são fundamentais para permitir a construção de um mapa linguístico e dialectológico de Moçambique, que apresenta claramente a distribuição de variedades linguísticas existentes ou emergentes, os sotaques, os dialectos sociais e regionais, desta forma descrevendo a relação intrínseca entre a sociedade e o uso da língua.

Palavras-chave: Superdiversidade. Imigrantes invisíveis. Dialectologia. Atlas Linguístico. Planificação e Política Linguística. Língua e Educação.

Abstract: In an increasingly globalized world characterized by great population mobility and movements, we observe, as inevitable consequences, the establishment of societies marked by increasing linguistic and cultural diversity, or by what Vertovec (2007) calls superdiversity. This pluralism presents various challenges for societies at large and school systems in particular. Hence the need for an interdisciplinary approach that requires a more proactive role for Sociolinguistics, Dialectology, Language Planning, and Language Policy. This paper argues for the need to revisit sociolinguistic, dialectological, and geolinguistic theories and methods in order to better understand the changing linguistic landscape of Mozambique in the 21st century, thus allowing for more accurate identification of the linguistic varieties present in the Mozambican territory, the variation resulting from cohabitation and linguistic contact, and construction of an updated linguistic atlas of the country. The main argument put forward is that the use of dialectological surveys, the use of basic data collection methods, which include the demographic data of informants, their age, level of education and occupation, as well as the period of residence in a given area and patterns of displacement or change of residence, as well as the use of a more naturalistic observational approach with a more descriptive focus on communities of practice and social networks are fundamental to enable the construction of a sociolinguistic and dialectological map of Mozambique, which clearly presents the distribution of existing or emerging language varieties, accents, social and regional dialects, thus describing the intrinsic relationship between society and language use. Keywords: Super-diversity. Invisible Immigrants. Dialectology. Linguistic Atlas. Language Planning and Policy. Language and Education.

Introdução

A gestão da diversidade linguística e cultural, tanto ao nível da sociedade, como um todo, e dos sistemas escolares, em particular, exige, em primeiro lugar, uma intervenção de planificação linguística deliberada e racional (BAKER, 2001) por parte de vários actores estatais, institucionais e

individuais, com vista a evitar uma situação de mudança linguística em direcção às línguas maioritárias e dominantes, em detrimento das línguas minoritárias, que acabam por ser negligenciadas e abandonadas. Em segundo lugar, constitui uma das melhores formas de garantir que as inúmeras línguas sejam capazes de manter a sua vitalidade, independentemente do seu estatuto de maioritárias ou minoritárias, e, para o efeito, o sistema escolar constitui, sem dúvida alguma, o melhor guardião dessas línguas. Segundo Henriksen (2010), o uso das línguas no sistema escolar não só assegura a sua sobrevivência, mas também a sua propagação a um maior número de falantes.

Este artigo defende o recurso a uma abordagem interdisciplinar para a gestão da diversidade linguística e cultural, combinando as disciplinas da Dialectologia, Geolinguística, Sociolinguística, Antropologia Linguística, Etnografia e Políticas Linguísticas, com vista a melhor compreender a situação sociolinguística moçambicana. A este respeito, importa citar Blommaert e Rampton (2011), que argumentam que a Sociolinguística e a Antropologia Linguística são duas disciplinas extremamente importantes na documentação da diversidade e estão bem posicionadas para se envolver com as mudanças sociais contemporâneas

associadas à superdiversidade; e uma agenda de investigação sobre a superdiversidade e língua deve estar fortemente enraizada na Etnografia.

Uma revisão de estudos que se debruçam sobre a situação linguística de Moçambique remete-nos imediatamente a incerteza no que concerne ao número de línguas faladas no território. Por exemplo, o Centro de Estudos das Línguas Mocambicanas da Universidade Eduardo Mondlane (NELIMO, 1989) faz referência a existência de 20 línguas moçambicanas de origem Bantu (SITOE & NGUNGA, 2000; FIRMINO, 2000). Chimbutane (2011), por outro lado, menciona 18 línguas da família Bantu, e ainda outros estudiosos indicam a existência de 43 línguas moçambicanas (Ethnologue, 2009). A dificuldade em indicar de forma precisa o número de línguas faladas em Moçambique resulta do facto de que até este momento não foi realizado no país nenhum estudo dialectológico suficientemente exaustivo para inferir se estamos na presença de línguas ou variedades distintas da mesma língua. A Tabela 1 a seguir, extraída de Ngunga (2021), apresenta os seguintes números de línguas, de acordo com várias fontes:

Tabela 1- Número de línguas: várias fontes, vários números

Nº.	Fonte	Ano	Nº. de línguas
1	Cabral	1975	15
2	Cardoso	2005	25
3	Conselho Coordenador do Recenseamento	1983	16
4	Firmino	2000	24
5	Katupha	1988	13
6	INE	2010	21
7	Liphola	2009	41
8	Lopes	1999	20
9	Marinis	1981	8
10	Matsinhe	2005	19
11	NELIMO	1989	20
12	Ngunga	1987	33
13	Ngunga	1992	21
14	Yai	1983	13

Fonte: Ngunga (2021, p. 42)

A propósito da pertinência da realização de estudos linguísticos, Extra (2008) argumenta que estes estudos proporcionam conhecimentos de valor no que respeita a distribuição e a vitalidade das línguas no seio de diversos grupos populacionais. Por outro lado, Extra e Yagmur (2004) afirmam que dados desta natureza são também cruciais para a definição de políticas educativas abrangentes que consideram simultaneamente o ensino das línguas nacionais maioritárias e o ensino das línguas das minorias nacionais.

A dialectologia é sem dúvidas uma área de estudos fundamental, que com recurso ao uso de dados primários, incluindo informações geográficas, sociais e demográficas, muitas vezes recolhidas através de censos populacionais, permite desenvolver um entendimento profundo sobre a distribuição de elementos e variedades linguísticas numa determinada região. Os resultados de estudos nesta área podem proporcionar uma imagem sobre a possível interacção entre dados linguísticos e outras informações factuais, como o uso de isoglossos, a ocorrência de mudança linguística, uso e propagação de certos traços linguísticos e no caso específico de Moçambique poderá certamente trazer alguns esclarecimentos sobre a grande questão relativa ao número real de línguas faladas no território.

Um breve olhar sobre o panorama linguístico de Moçambique

Moçambique é um país multilingue, multiétnico e multicultural. O país alberga línguas de origem africana, da família Bantu, com principal destaque para as dezassete línguas seguintes reportadas pelo Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas (NELIMO): Cibalke, Cicopi, Cimanyika, Cindau, Cinyanja, Cinyungwe, Cisena, Citshwa, Ciutee, Ciyao, Echuwabu, Emakhuwa, Gitonga, Kimwani, Shimakonde, Xichangana e Xirhonga. Outras variedades linguísticas

apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas – INE (1998) – como sendo faladas em Moçambique incluem as seguintes: Barwe, Dema, Kokola, Koti, Kunda, Lolo, Lomwe ou Makhuwa-Lomwe, Makhuwa-Maindo, Makhuwa-Marrevone, Makhuwa- Meeto, Makhuwa-Moniga, Makhuwa-Saka, Makhuwa-Shirima, Makhuwa-Shirima, Makhuwa-Shirima, Makwe, Manyawa, Manyika, Marenje, Língua de sinais moçambicana, Mwani, Nathembo, Ngoni, Nsenga, Nyungwe, Phimbi, Takwane, Tawara, Twe, Tsonga e Tswa. Finalmente, línguas como o Shona e Xinanga são também listadas.

Para além destas variedades linguísticas, observa-se ainda a presença de línguas transfronteiriças, partilhadas com os países da região da África Austral, sendo o Xichangana uma delas, falada no sul de Moçambique, nas províncias de Gaza e Maputo e partilhada com a vizinha África do Sul. Outra língua transfronteiriça falada no norte de Moçambique, mais especificamente na Província de Cabo Delgado, é o Kiswahili, que é predominantemente falado como língua oficial dos países da comunidade da região da África Oriental, incluindo a Tanzânia, Quénia, Uganda, entre outros. Nota-se ainda a presença do Shona, na Província de Manica, também falado no vizinho Zimbabwe, bem como o siSwati e o Zulu, partilhados com o Reino de Eswatini (antiga Swazilândia) e a África do Sul, respectivamente.

Conforme acima observado, em termos do número exacto de línguas faladas no território moçambicano, existem divergências na literatura. Alguns autores reportam a existência de vinte (20) línguas Bantu, como é o caso do NELIMO (1989), Sitoe & Ngunga (2000) e Firmino (2000); por outro lado, Chimbutane (2011) menciona 18 línguas Bantu e o Ethnologue (2009) refere-se a 43 variedades linguísticas moçambicanas. Henriksen (2010) argumenta que esta falta de consenso é provavelmente resultado do facto de não ter sido realizado, até ao momento, nenhum estudo sociolinguístico ou dialectológico exaustivo sobre as variedades linguísticas faladas no país, e do facto de que o trabalho realizado pelos missionários, no período anterior à independência, embora de valor inestimável em termos do contributo para o desenvolvimento da ortografia das Línguas Nacionais Mocambicanas, provavelmente também terá resultado numa lista exagerada das línguas faladas em Moçambique.

Uma outra questão a reter é que para muitas das línguas Bantu mencionadas como sendo faladas em Moçambique, existem muitas vezes diferentes designações ou nomes de variantes. Por exemplo, a língua conhecida como Makhuwa, é por vezes referida como Emakhuwa ou Makua. De facto, na NUGLOnline (2009), sobre o Grupo Makhuwa,

são apresentados três nomes de variantes diferentes para Makhuwa: Makhuwa, Emakhuwa e Makua. Sob o Grupo Tswa-Rhonga, aparecem as seguintes variantes para o Changana: Changana, Xichangana e Tsonga. De acordo com Maho (2009, p. 6-7), uma possível explicação para a existência de muitos nomes de variantes para uma determinada língua resulta do facto de que a literatura nem sempre é clara sobre o que é um nome de variante, um nome de dialecto, um nome de lugar, ou o que quer que seja, pelo que por vezes uma cadeia de nomes pode significar um conjunto de dialectos relacionados (hipónimos). Isto pode também constituir um resultado do facto de que a normalização e modernização da ortografia dessas línguas ainda está em curso.

Observa-se ainda a presença de línguas de origem europeia, com principal destaque para a língua portuguesa, que funciona como a única língua oficial do país *de jure* e *de facto*, desde 1975, ano da independência nacional. A adopção das antigas línguas coloniais como línguas oficiais constituiu uma prática comum em muitos países independentes de África e noutras regiões do mundo. Entre as razões que pareceram justificar a escolha das línguas ex-coloniais em detrimento das línguas locais africanas estava o facto de estas últimas não possuírem, na altura das independências, a forma

escrita, uma ortografia uniformizada ou devido à dificuldade em seleccionar uma língua de entre o mosaico de línguas nos países de África.

Em Moçambique, a língua portuguesa é principalmente urbana e, portanto, falada, como Língua Primeira (L1) e língua usada no domínio familiar, por um número cada vez maior de crianças e jovens citadinos escolarizados. Uma comparação dos dados dos censos gerais da população e habitação, realizados no período pós-independência, isto é, de 1980 a 2017, indica claramente que a percentagem de falantes do português como L1 e Língua Segunda (L2) tem vindo a aumentar desde 1975, altura em que menos de 10% da população era capaz de comunicar em português (Instituto Camões 2009). Segundo dados do último Censo 2017 (INE 2019), 16,6% da população moçambicana fala o português como L1 e aproximadamente 47% tem o português como L2.

A língua inglesa é a principal língua estrangeira falada no país e ensinada no sistema escolar moçambicano; a esta segue-se a língua francesa, que é introduzida a partir do nível secundário, como a segunda língua estrangeira. O valor da língua inglesa em Moçambique é amplamente reconhecido a todos os níveis e sectores da sociedade. Isto é ilustrado pela elevada procura de competências de

língua inglesa em todo o país, não só nas principais zonas urbanas, como a Cidade de Maputo, mas também nas zonas rurais, particularmente nas áreas onde operam empresas estrangeiras ou organizações internacionais.

O inglês é considerado como uma língua internacional, de extrema importância nas relações político-económicas com os países do bloco regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA) e noutras esferas a nível continental e internacional. É uma língua muito procurada pelos moçambicanos devido à sua associação às oportunidades académicas, profissionais e económicas, e por ser vista como um instrumento de mobilidade social ascendente.

Em termos de conclusão para esta breve revisão do perfil linguístico de Moçambique, importa ainda notar a presença de línguas de origem asiática, como o árabe, que é utilizado principalmente em conexão com fins religiosos, o Gujurati, Hindi, Punjabi, Urdu e Konkani. O chinês está também presente no panorama linguístico moçambicano.

Conceptualizando a Superdiversidade

Discutindo o conceito da superdiversidade no contexto do Reino Unido, Vertovec (2007) argumenta que esta é uma noção que sublinha um nível e um tipo de complexidade

que ultrapassa tudo o que um país já experimentara anteriormente. É caracterizada por uma interacção dinâmica de variáveis entre um número crescente de imigrantes novos, pequenos e dispersos, de origem múltipla, transnacionalmente ligados, socioeconomicamente diferenciados e legalmente estratificados, que chegaram nas últimas décadas, resultando em novos padrões de superdiversidade e representando desafios significativos tanto para a política como para a investigação.

Blommaert e Rampton (2011), por seu turno, concordando com Vertovec (2007), afirmam que a superdiversidade é caracterizada por um aumento tremendo nas categorias de migrantes, não apenas em termos de nacionalidade, etnia, língua, e religião, mas também em termos de motivos, padrões e itinerários de migração, processos de inserção no mercado de trabalho e mercado de habitação das sociedades de acolhimento, entre outros aspectos. Os autores defendem que, consequentemente, a previsibilidade na categoria de imigrante e das suas características socioculturais tende a desaparecer.

A propósito da imprevisibilidade da categoria de imigrante, Jorgensen and Juffermans (2011) indicam que a superdiversidade é um termo usado para se referir ao vasto

aumento da gama de recursos, linguísticos, religiosos, étnicos, culturais, no sentido mais amplo, que caracteriza as actuais sociedades modernas, significando uma diversificação da diversidade, descrevendo uma nova ordem influenciada por dois conjuntos de desenvolvimentos. Um factor é a mudança dos padrões migratórios que podem ser actualmente observados na Europa e um segundo factor refere-se a desenvolvimentos tecnológicos que tornaram os novos meios de comunicação social acessíveis às massas, com os telefones móveis e a internet. Estes desenvolvimentos significam que o indivíduo em sociedades superdiversas, modernas, contemporâneas irá provavelmente deparar-se com uma gama muito mais vasta de recursos do que era característico da Europa há apenas algumas décadas. A consequência desta superdiversidade é uma falta cada vez mais importante de previsibilidade na vida quotidiana. As pessoas devem estar preparadas para se encontrarem e interpretarem fenómenos, comportamentos, atitudes e significados que não tenham encontrado antes, em novos contextos.

Conforme já indicado, Moçambique é um país caracterizado por uma elevada diversidade etnolinguística, cultural e racial, que tem marcado uma coexistência secular plural. Para tornar a situação ainda mais diversa,

observa-se ao longo das últimas décadas a chegada de imigrantes e refugiados de países africanos, asiáticos e de outras origens. Importa destacar a presença dos chamados imigrantes invisíveis no território moçambicano. A categoria de imigrantes invisíveis pode incluir uma diversidade de elementos, como, por exemplo, indivíduos deslocados ou em mobilidade como resultado de processos de migração irregulares, clandestinos (ACP, 2013) e outros, onde os sujeitos vivem à margem da sociedade convencional e não aparecem de forma visível.

Um artigo publicado pelo Jornal *The Age*, em 2005, intitulado *Our invisible migrants*, discutindo especificamente a presença de imigrantes invisíveis na Austrália, referindose aos imigrantes britânicos como pertencendo a esta categoria, afirmava que em comparação com a forma como outros grupos imigrantes eram tratados, os britânicos eram uma maioria invisível porque falavam inglês e por isso não eram considerados como imigrantes e não podiam ter os problemas que os imigrantes têm. A existência de uma língua comum, neste caso, constitui um marcador desta invisibilidade dos imigrantes.

No caso particular de Moçambique, existem grupos específicos de imigrantes, que por causa da cor da sua

pele, e quiçá da sua aparência física geral, se confundem com a população local. Exemplos destes grupos incluem imigrantes e refugiados de países vizinhos como o Zimbabwe, o Malawi e a Tanzânia, com práticas ou padrões de migração históricos para o território moçambicano, que remontam de longa data. Enquanto, por um lado, no caso do Zimbabwe, os processos de migração resultaram da situação de insegurança económica e instabilidade política no país, ou da chamada crise do Zimbabwe, criada pelo controverso programa de reforma agrícola promovido pelo antigo Presidente Robert Mugabe, em inícios da década de 2000 (MASIIWA, 2004), por outro lado, a mobilidade populacional de países como o Malawi e a Tanzânia é motivada por razões históricas, que variam entre comerciais, ambientais, conflitos armados (a guerra de libertação nacional (1964-1974), a guerra dos 16 anos, (1976-1992), entre outros.

Cebola (2018, p. 51), citando os dados do Censo 2007, apresenta as seguintes percentagens de migrantes de nacionalidades africanas presentes em Moçambique: Malawianos (49.0%), Zimbabweanos (16.1%), Sul Africanos (5.6%) e Tanzanianos (4.8%). Outras nacionalidades africanas, sem incluir a África Austral representam 6,8% do total de imigrantes.

Obviamente, os movimentos populacionais e processos de mobilidade são acompanhados de um aumento do contacto de línguas e de culturas e de uma mudança demográfica e de comunidades de práticas linguísticas acentuadas. Desta forma, o objectivo deste breve artigo é de reflectir sobre a necessidade urgente de documentar a crescente diversidade sociolinguística no Moçambique actual e as demografias em mudança, em consequência não só do seu tecido tradicionalmente plural, mas também da entrada no país de novos grupos populacionais.

O contributo da interdisciplinaridade

Este artigo defende o recurso a uma abordagem interdisciplinar para a gestão da diversidade linguística e cultural e, por conseguinte, da superdiversidade. Para o efeito, o principal argumento apresentado é de que uma combinação de métodos de estudo e abordagens selecionadas de disciplinas como a Dialectologia, Geolinguística, Sociolinguística, Antropologia Linguística, Etnografia e Políticas Linguísticas possibilitariam uma melhor compreensão da situação sociolinguística moçambicana. A seguir, tecemos algumas considerações sobre cada uma destas áreas e do seu contributo para o aumento do conhecimento sobre a superdiversidade ou diversidade linguístico-cultural no contexto moçambicano.

O contributo da dialectologia para ajudar a apresentar uma imagem mais clara sobre o número de falantes a sua distribuição geográfica é inquestionável. A Enciclopédia Britânica (2011) define a dialectologia como o estudo dos dialectos e afirma que a variação linguística ocorre mais frequentemente como resultado de um relativo isolamento geográfico ou social e pode afectar o vocabulário, gramática ou pronúncia (isto é, o sotaque). Contudo, é preciso observar que a afirmação de que a variação linguística ocorre mais frequentemente como resultado de um relativo isolamento geográfico ou social é apenas parcialmente verdade, visto que a variação também pode ocorrer em situações caracterizadas pelo contacto e coexistência entre uma diversidade de línguas num único espaço geográfico, resultando em empréstimos, influências e interferências linguísticas de vária ordem e até mesmo em mudança linguística.

Ainda segundo a Enciclopédia Britânica (2011), uma grande parte do trabalho da dialectologia consiste na recolha de informação sobre os tipos de variação que ocorrem em diferentes dialectos e na construção de atlas linguísticos, mostrando padrões de distribuição para uma série de características variáveis dentro de uma língua. Este trabalho sobre os padrões de variação linguística é também

conhecido como Geografia Linguística ou Geolinguística. Enquanto a Geolinguística é geralmente definida como o estudo da língua em relação à geografia, que permite diferenciar as áreas onde são utilizadas diferentes variedades da língua e o tipo de sons encontrados nas variedades linguísticas das diferentes áreas geográficas. Cardoso (2010) considera a Geolinguística simplesmente como um método de estudos da Dialectologia. Estudos nesta área são de extrema importância no sentido de que permitem traçar atlas linguísticos informativos.

Estreitamente ligada à área de dialectologia estão os dados apresentados por censos populacionais, que também podem constituir um excelente ponto de partida para a identificação das variedades linguísticas presentes num determinado território, bem como do número de pessoas que afirma falar essas línguas. É verdade que os dados derivam de práticas linguísticas declaradas pelos falantes das diferentes variedades linguísticas, mas, ainda assim, são de extrema importância, porque poderão a posterior ser comparados com dados obtidos a partir da observação no local ou outros.

É importante sublinhar que a realização de estudos dialectológicos nem sempre é possível, especialmente quando estamos perante territórios com uma superfície

total muito grande, como é o caso de Moçambique, com uma área de 801,590 km² e uma linha costeira que se estende por aproximadamente 3.000 km. Portanto, factores como longas distâncias, recursos financeiros limitados para a realização de estudos no terreno, assim como a impossibilidade de aceder a determinadas zonas geográficas remotas ou afectadas por conflitos armados ou outros factores, poderão dificultar qualquer pretensão de realizar estudos desta natureza.

Assim sendo, aliado aos dados que podem ser obtidos a partir de estudos realizados no âmbito da dialectologia, ou informações recolhidas por censos populacionais, outras fontes de informação importante, que poderão ser usadas para ter uma ideia clara, por exemplo, sobre as populações imigrantes num determinado território poderão ser os jornais de maior circulação, os serviços de migração, a polícia, agências que trabalham com populações imigrantes e outros. Um exemplo particular para sublinhar a importância de recorrermos a fontes alternativas é o facto do Jornal *Notícias RTP* (2021) online, de 16 de Junho de 2021, citando uma fonte do SENAMI (Serviço Nacional de Migração de Moçambique), indicar terem sido repatriados 162 imigrantes no mês de Junho, em Moçambique; este número incluía

etíopes e nigerianos que se encontravam no país em situação ilegal. Esta informação é importante, porque apesar dos dados do Censo 2017 indicarem a presença de estrangeiros no território moçambicano e enumerarem imigrantes de países africanos como dos países vizinhos da África Austral, do Burundi e Ruanda, a categoria "outras nacionalidades africanas", não nos remete imediatamente a estas duas nacionalidades ou aos falantes de línguas destes países, que, por conseguinte, não são incluídas no panorama linguístico de Moçambique.

Mais do que envolver a articulação entre várias áreas do saber, a interdisciplinaridade também pode e deve ser percebida como a procura de fontes de conhecimento alternativas, que neste caso, para além das acima apresentadas, poderá também incluir constatações de estudos apresentadas em dissertações de mestrado, teses de doutoramento, não só restritas à área da linguística e outras disciplinas afins como a Sociolinguística, mas também estudos na área de população e migração, geografia e ordenamento territorial. Alguns exemplos desta categoria importante incluem as teses de doutoramento de Mahavene (2020) e Miambo (2018), que apesar de incidirem sobre a questão de imigração, no primeiro caso,

e refugiados, no segundo, foram realizados nas áreas de Geografia e ordenamento territorial e Sociologia, respectivamente e que mesmo assim, apresentam várias intersecções e pontos comuns.

Num estudo recente sobre a relação entre a migração e a manutenção da L1, Henriksen (2021) também defende a importância de uma abordagem interdisciplinar ou o cruzamento e/ou articulação entre as grandes áreas do saber, como os estudos de migração, diversidade linguística, planificação e política das línguas curriculares para permitir um melhor entendimento dos processos de migração e práticas e/ou estratégias de manutenção de língua primeira (L1), por parte de famílias e indivíduos em contextos diaspóricos. Henriksen reitera que esta abordagem programática justifica-se, por um lado, pelo facto de que, para desenvolver uma compreensão profunda dos processos migratórios, incluindo as suas causas e consequências, para além dos testemunhos partilhados na primeira pessoa pelos próprios indivíduos em mobilidade, é essencial uma revisão aturada de estudos académicos sobre migração e um exame dos discursos políticos oficiais sobre o tema, especialmente nos países de acolhimento. Por outro lado, uma análise das tendências da Política de

Educação Linguística nos países de acolhimento será uma condição *sine qua non* para informar um estudo da interface entre a diversidade linguística e a integração.

Para concluir a minha breve reflexão sobre a importância da interdisciplinaridade no estudo da superdiversidade, gostaria ainda de sublinhar o papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) têm a desempenhar nos processos de migração, mobilidade e deslocamentos. Vários autores, entre os quais Jorgensen e Juffermans (2011) e Blommaert e Rampton (2011), argumentam que, diferentemente da separação física causada pelas grandes distâncias entre o país de origem e de acolhimento de migrantes e contrariamente às roturas de outrora, verificase agora, no Século XXI, uma manutenção permanente do contacto entre as populações em mobilidade e os seus parentes que ficaram nos países de origem. Acredita-se que as mudanças demográficas e sociais são afectadas e se tornam cada vez mais complexas, como resultado do surgimento de novos meios de comunicação e tecnologias de informação e comunicação – e aqui uma orientação para a comunicação introduz necessariamente mais dimensões inexploradas da ideia de superdiversidade. Citando Cohen (1997), Blommaert e Rampton, (2011, p. 4) afirmam que,

historicamente, os movimentos migratórios a partir dos anos 90 em diante coincidiram com o desenvolvimento da internet e dos telemóveis, e estes têm afectado a vida cultural das comunidades na diáspora, de todos os tipos (antigas e novas, multirraciais, etc.). Enquanto a emigração costumava significar uma separação real ou rotura quase completa entre o emigrante e a sua sociedade de origem, envolvendo a perda ou redução dramática de papéis e impacto social, cultural e político, os emigrantes e as comunidades dispersas têm agora o potencial de manter uma ligação activa por meio de um conjunto elaborado de tecnologias de comunicação de longa distância.

Considerações finais – Que desafios para a política linguística e planificação das línguas curriculares?

Em jeito de conclusão, terminaria por sublinhar a necessidade urgente de documentar a diversidade sociolinguística da sociedade moçambicana no Século XXI, para que se possa discutir com fiabilidade o número de variedades linguísticas existentes no país, onde elas são faladas, as suas transformações e em última instância tecer considerações sobre o papel do sistema escolar formal na manutenção das variedades linguísticas existentes. Existe ainda um espaço para a disciplina de política linguística e

planificação das línguas na educação, que tem a ver com o posicionamento das autoridades em relação às línguas emergentes no sistema escolar.

Deixo aqui a minha proposta para a necessidade de realização de um estudo sociolinguístico e dialectológico exaustivo, que há muito tempo se faz esperar e que poderá conduzir ao esboço de um atlas linguístico de Moçambique, que inclua não só as variedades linguísticas endógenas, mas também todas as novas línguas trazidas pelas populações imigrantes.

Referências

ACP Observatory on Migration. *Invisible Immigrants* – A profile of irregular migration, smuggling of migrants and trafficking in persons in Trindad and Tobago. ACP Secretariat, 2013.

BAKER, C. *Fundamentos da Educação Bilingue e do Bilinguismo.* 3. ed. Clevedon: Assuntos Multilingues LTD, 2001.

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and Superdiversity. *Diversities*, v. 13, n. 2, 2011.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopedia. (2011). Dialectology. *Encyclopedia Britannica*, 1st Dec. 2011. Available at: https://www.britannica.com/science/dialectology. Accessed on: 28th Jan., 2022.

CABRAL, A. *Empréstimos Linguísticos nas Línguas Moçambicanas*. Lourenço Marques: Empresa Moderna. 1975.

COHEN, R. Global Diasporas. Londres: UCL Press, 1997.

CARDOSO, S. A. *Geolinguística:* tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, P. Atlas da Lusofonia - Moçambique. Lisboa: Instituto

Português da Conjuntura Estratégica e Editora Prefácio, 2005.

CEBOLA, T. A Nova Onda de Imigrantes em Tete - Moçambique: O Caso dos Zimbabweanos (2007-2016).. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2018.

CHIMBUTANE, F. *Rethinking Bilingual Education in Postcolonial Contexts*. Bristol: Multilingual Matters. 2011.

CONSELHO COORDENADOR DO RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO. Lo Recenseamento Geral da População – Informação Pública. Maputo: DNE, 1983.

EXTRA, G. 'Dealing with New Multilingualism in Europe: Immigrant Minority Languages at Home and School'. Comunicação apresentada à Conferência da British Council – *Languages for Europe* – Berlim, Feb., 2008.

EXTRA, G; YAGMUR, K. *Urban Multilingualism in Europe*. Immigrant Minority Languages at Home and School. Clevedon: Multilingual Matters, 2004.

FIRMINO, G. A "Questão Linguística" na África Pós-Colonial. O Caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique. Maputo: Texto Editores, 2005.

FIRMINO, G. *Situação Linguística de Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2000.

HENRIKSEN, S. Uma abordagem interdisciplinar para o estudo e análise de processos de migração e manutenção de L1. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional ASIR 2021, *Convergências e Divergências no Espaço Ibero-Americano*, Universidade de Bucareste, Faculdade de Línguas e Literaturas Estrangeiras, Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, Clássicas e Neogrego, Bucareste, 15-17 de julho, 2021.

HENRIKSEN, S. M. Language Attitudes in a Primary School: A Bottom-Up Approach to Language Education Policy in Mozambique. Roskilde University, Denmark, 2010. Available at: https://forskning.ruc.dk/en/ <u>publications/language-attitudes-in-a-primary-school-a-bottom-up-approach-to-la.</u> Accessed on: 28th Jan. 2022.

INSTITUTO CAMÕES. *Moçambique*: O estado da Língua Portuguesa. Ministério dos Negócios Estrangeiros - Portugal. 29 de Julho, 2009. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/sobre/publicacoes/jornal-de-letras/mocambique-o-estado-da-lingua-portuguesa. Acesso em: 18 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 — Resultados Definitivos. Moçambique. 2019.

JORGENSEN, J.; JUFFERMANS, K. (2014). *Superdiversity*. Available at: https://www.academia.edu/1808420/Superdiversity. Accessed on: 18th Jan. 2022.

KATUPHA, J. O panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política linguística apropriada. Maputo, Lua Nova: Artes e Letras, p. 27-32, 1988.

LIPHOLA, M. Desafios na Gestão do Património Linguístico em Moçambique. *II Conferência Nacional sobre a Cultura*. Maputo, 14-16 de maio, 2009.

LOPES, A. The Language Situation in Mozambique. *In:* R. B. Kaplan; R. B. Baldauf, Jr., (Eds.). *Language Planning in Malawi, Mozambique and Philippines*. III Series: Multilingual Matters (Series):113. Short Run Press, Ltd. Great Britain, p. 86-131, 1999.

MAHAVANE, G. Mudanças Legislativas e Concepções de Imigração: Controlo e Gestão de Fluxos Migratórios em Moçambique. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. 2020. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/47811/1/ulsd735660_td_Guebuza_Mahavene.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

MAHO, Jouni F. *NUGL Online*. The Online Version of the New Updated Guthrie List, aReferential Classification of the Bantu Languages. 2009. Available at: http://goto.glocalnet.net/mahopapers/nuglonline.pdf.

Accessed on: 18th Jan. 2022.

MARINIS, H. *Línguas Bantu*: sua história sua classificação. MS. Maputo: NELIMO, Universidade Eduardo Mondlane, 1981.

MATSINHE, S. The Language Situation in Mozambique: Current Developments and Prospects. *In:* BROCK-UTNE, Birgit; HOPSON, Rodney K. (Eds.). *Línguas de Instrução para a Emancipação Africana*: Foco nos Contextos e Considerações Pós-coloniais. The Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS), p. 119-147, 2005.

MASIIWA, M. (Eds.). Post-Independence Land Reform in Zimbabwe: Controversies and Impact on the Economy. Harare: FES & Institute of Development Studies, University of Zimbabwe. 2004.

MIAMBO, A. A problemática dos refugiados e as modalidades de acesso ao direito de asilo em Moçambique (1975 - 2017). Tese (Doutorado em Sociologia)- Université Sorbonne Paris Cité, 2017.

NELIMO. *I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: INDE/UEM-NELIMO. 1989.

NGUNGA, A. 'A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique'. *Njinja & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA) I, v. 1, n. 1, p. 38-62, janeiro/junho, 2021.

NGUNGA, A. Breves notas sobre a situação linguística de Moçambique. *Jornal Notícias*. 28 fevereiro, 1992.

NGUNGA, A. As Línguas Bantu de Moçambique. *Limani:* Linguística e Literatura, v. 2, p. 59-70, 1987.

SITOE, B.; NGUNGA, A. *Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: NELIMO, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

RTP Notícias. Repatriados 162 imigrantes ilegais na última semana em Moçambique. 24 Junho, 2021. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/repatriados-162-imigrantes-ilegais-na-ultima-semana-em-mocambique n1330263. Acesso em: 18 jan. 2022.



THE AGE. *Our invisible migrants*. Available at: https://www.theage.com. au/national/our-invisible-migrants-20050616-ge0cs9.html. Accessed on: 28th Jan. 2022.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, v. 30, p. 1024-1054, 2007. Available at: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01419870701599465. Accessed on: 28th Jan. 2022.

Sarita Monjane Henriksen

Doutora em Políticas Linguísticas e Planificação das Línguas Curriculares, pela Universidade de Roskilde, Dinamarca, 2010.

Professora Associada na área de Sociolinguística, Língua e Educação, pela Universidade Pedagógica de Maputo e professora Convidada da Universidade Justus Liebig de Gissen (JLU), Alemanha; Supervisora externa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal. Membro do Colóquio Doutoral em Sociologia Cultural, JLU – Giessen; Membro do Grupo de Pesquisa sobre Migração e (Des) colonialidade.

E-mail: hmdsarita@gmail.com e sarita-henriksen@hotmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3984968723577220

Linkedin: https://www.linkedin.com/feed/

Research gate: https://www.researchgate.net/profile/Sarita Monjane

Henriksen

ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-9716-5375